



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS/SPF Nº 901, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025.

Aprova a Instrução que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)”.

O **DIRETOR DE ENSINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos V e VII, e art. 9º, inciso XII, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 684/GC3, de 23 de janeiro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 37-979 que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)”, na forma dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

Art. 2º Revoga-se a Portaria Nº 438/DPE, de 18 de dezembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig do Ar MARCELO FORNASIARI RIVERO  
Diretor de Ensino da Aeronáutica

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DE ENSINO**



**ENSINO**

**ICA 37-979**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O  
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA  
AEROESPACIAIS (CPEA)**

**2025**

**ANEXO I**  
**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS**  
**(ICA 37-979)**

**SUMÁRIO**

	<b>Art.</b>
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1º/2º
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO CURSO .....	3º/5º
CAPÍTULO III – OBJETIVO DO CURSO.....	6º/7º
CAPÍTULO IV – PERFIL DO EGRESSO.....	8º
CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	9º
Seção I – Matriz Curricular.....	10
Seção II – Carga Horária.....	11
Seção III – Ementário .....	12
CAPÍTULO VI – METODOLOGIA DE ENSINO .....	13/16
CAPÍTULO VII – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	17/18
Seção I – Instrumentos de Medida .....	19/20
Seção II – Atividades Avaliadas .....	21/26
Seção III – Média Final de Curso .....	27
Seção IV – Conceitos.....	28
Seção V – Aproveitamento em Sala de Aula Invertida.....	29/30
Seção VI – Recuperação.....	31/32
Seção VII – Limite de faltas.....	33/36
Seção VIII – Aprovação e diplomação.....	37/40
CAPÍTULO VIII – APOIO AO DISCENTE .....	41/43
CAPÍTULO IX – INFRAESTRUTURA DE ENSINO.....	44/46
CAPÍTULO X – AVALIAÇÃO DO CURSO .....	47/49
CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS .....	50/51

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta instrução tem por finalidade estabelecer o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).

Art. 2º Para fins desta portaria foram desenvolvidos os seguintes anexos:

I - anexo II, que apresenta os Dados de Identificação do Curso;

II - anexo III, com as conceituações utilizadas;

III - anexo IV, com as siglas e abreviaturas utilizadas.

## **CAPÍTULO II**

### **APRESENTAÇÃO DO CURSO**

Art. 3º O Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA) é um curso de pós- formação que possibilita a seus alunos conhecimentos nos campos Político, Estratégico, Científico e Organizacional.

Art. 4º O curso é composto por atividades de formação conduzidas pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), com atividades de complementação sob a coordenação da Escola Superior de Guerra (ESG).

Art. 5º Destina-se a oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) no posto de Coronel, dos quadros de carreira com ascensão ao generalato.

Parágrafo único. Poderão ser matriculados oficiais da Marinha do Brasil (MB) no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, oficiais do Exército Brasileiro (EB) no posto de Coronel, oficiais estrangeiros de posto equivalente ao de Coronel de qualquer ramo e civis brasileiros com nível superior.

## **CAPÍTULO III**

### **OBJETIVOS DO CURSO**

Art. 6º O CPEA tem como objetivo geral proporcionar aos Oficiais-Alunos (OA) conhecimentos necessários para atuar na Alta Administração do COMAER, contribuindo com a formulação e condução das Políticas Aeroespaciais e de Defesa Nacional, assim como no planejamento institucional e estratégico militar da Aeronáutica.

Art. 7º Os objetivos específicos do curso são:

I - analisar a conjuntura internacional e avaliar o impacto das relações internacionais no planejamento institucional;

II - aprofundar o estudo das Expressões do Poder Nacional, focando na interação entre as instituições públicas e privadas relacionadas à Defesa;

III - identificar políticas e estratégias direcionadas para o desenvolvimento do Poder Aeroespacial do país.

## **CAPÍTULO IV PERFIL DO EGRESSO**

Art. 8º O egresso do CPEA deverá ser capaz de:

I - atuar na Alta Administração do COMAER, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas e políticas no contexto da defesa aeroespacial;

II - atender às necessidades do Preparo e Emprego do Poder Aeroespacial nos níveis Político e Estratégico, garantindo a adequação das operações às demandas de defesa nacional;

III - desenvolver e implementar o planejamento institucional e estratégico militar da Aeronáutica, assegurando a integração das diretrizes de defesa com as necessidades operacionais e institucionais;

IV - formular e executar as políticas Aeroespaciais e de Defesa Nacional, com foco em fortalecer a posição estratégica do Brasil e garantir a segurança no espaço aéreo e aeroespacial.

## **CAPÍTULO V ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Art. 9º O conteúdo curricular do CPEA está estruturado em quatro áreas de conhecimento: Linguística e Letras, Defesa, Ciências Políticas e Administração.

§1º Linguística e Letras, composta pela disciplina “Produção Acadêmica”;

§2º Defesa, composta pela disciplina “Poder Aeroespacial e Defesa”;

§3º Ciências Políticas, composta pelas disciplinas “Política” e “Estratégia”;

§4º Administração, composta pela disciplina “Gestão Institucional”.

### **Seção I Matriz Curricular**

Art. 10 A Matriz Curricular está disposta no anexo V, no formato de tabela.

### **Seção II Carga Horária**

Art. 11 O CPEA está estruturado no modelo de ensino presencial, com duração aproximada de 148 (cento e quarenta e oito) dias letivos e carga horária mínima de 1.197 (mil cento e noventa e sete) tempos, ou 898 (oitocentos e noventa e oito) horas, a qual já inclui as horas das Atividades de Complementação e das Atividades Administrativas.

§1º As Atividades de Complementação se referem à Instrução do Curso de Segurança e Defesa (CSD), cujos dias letivos e carga horária total podem ser alterados conforme planejamento da Escola Superior de Guerra (ESG).

§2º As Atividades Administrativas se referem ao suporte administrativo do curso.

### **Seção III**

#### **Ementário**

Art. 12 O ementário tem por objetivo descrever o conteúdo das disciplinas, os objetivos e os referenciais bibliográficos básicos.

Parágrafo único. O ementário de cada disciplina está disposto no anexo VI.

### **CAPÍTULO VI**

#### **METODOLOGIA DE ENSINO**

Art. 13 O CPEA é estruturado a partir de um desenho pedagógico dialógico, onde o OA é parte ativa no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, o docente desenvolve a ação pedagógica de mediador fundamentando-se em metodologias ativas de aprendizagem.

Art. 14 No CPEA, estão presentes as seguintes metodologias ativas de aprendizagens (MAA):

- I - aprendizagem baseada em problemas;
- II - sala de aula invertida (SAI);
- III - estudos de caso;
- IV - trabalho integrador (grupo ou individual);
- V - seminário;
- VI - gamificação;
- VII - pesquisa de campo.

Art. 15 A organização didático-pedagógica no CPEA prevê que o OA se desenvolva de forma dinâmica e participativa considerando o seu conhecimento prévio, bem como a sua experiência profissional. Esse modelo favorece um espaço de cocriação, desafios, análise reflexiva e resoluções de problemas, promovendo a aprendizagem significativa.

Art. 16 A proposta pedagógica consiste no ensino dirigido e mediado, no qual os OA constroem o conhecimento a partir de um problema que deve ser estudado de forma colaborativa, apropriando-se de saberes significativos referentes à Política e à Estratégia Nacional de Defesa e os seus reflexos para o Planejamento Estratégico Militar.

### **CAPÍTULO VII**

#### **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Art. 17 A sistemática de avaliação do corpo discente fundamenta-se em técnicas pedagógicas que possibilitam acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Art. 18 A avaliação ocorrerá nas modalidades formativa e somativa.

### **Seção I**

#### **Instrumentos de medida**

Art. 19 O CPEA possui as seguintes Verificações de Aprendizagem (VA):

- I - produção textual;

- II - apresentação oral da produção textual;
- III - trabalho integrador (grupo ou individual);
- IV - avaliações de participação na SAI;
- V - exposições orais.

§1º As avaliações por meio de produção textual serão definidas no PLADIS. Serão utilizados formatos como Ensaio Acadêmico, Policy Paper, Position Paper, Exposição de Motivos, Relatório de Estudos, Estudo de Estado-Maior, Análise de Conjuntura, ou outros formatos contidos no Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

§2º As exposições orais, previstas no inciso V deste artigo, poderão estar vinculadas a um trabalho integrador, conforme orientação do coordenador de disciplina e descritas no PLADIS.

Art. 20 O curso possui as seguintes Verificações Imediatas (VI), de modalidade exclusivamente formativa:

- I - produção textual I;
- II - avaliações I e II de participação na SAI.

## **Seção II**

### **Atividades Avaliadas**

Art. 21 As avaliações ocorrem de forma específica para cada disciplina, conforme a seguir:

I - disciplina de Política:

- a) avaliações de participação na SAI (formativas e somativas);
- b) trabalho integrador.

II - disciplina de Estratégia:

- a) avaliações de participação na SAI (somativas);
- b) trabalho integrador.

III - disciplina de Poder Aeroespacial e Defesa:

- a) avaliações de participação na SAI (somativas);
- b) trabalho integrador;

IV - disciplina de Gestão Institucional:

- a) trabalho integrador.

V - disciplina de Produção Acadêmica:

- a) produção textual (formativa e somativa);
- b) apresentação oral da produção textual.

Art. 22 A correção e o cômputo dos conceitos das atividades avaliadas serão realizados pelo Corpo docente da ECEMAR e os registros dos resultados serão apurados e compilados pela Subcoordenadoria de Avaliação (SCAV), que posteriormente fará a divulgação.

Art. 23 A avaliação da produção textual e da apresentação oral da produção textual serão realizadas por uma banca de dois instrutores, por meio das fichas de avaliação determinadas pelo PLADIS do CPEA. Os conceitos de cada uma das avaliações serão resultados de uma harmonização entre os instrutores.

Art. 24 As demais avaliações serão feitas por um instrutor, por meio da ficha de avaliação de trabalhos, determinada no PLADIS do CPEA.

Art. 25 As avaliações da participação em SAI serão feitas por instrutores mediadores nos grupos de trabalho, por meio da Ficha de Avaliação da Sala de Aula Invertida, contida no PLADIS.

Art. 26 A avaliação de aprendizagem na Atividade de Complementação da Instrução do CSD será normatizada e sua execução gerenciada pela ESG.

### **Seção III**

#### **Média Final de Curso (MFC)**

Art. 27 Considerando que não é prevista a classificação para os discentes, não haverá cálculo de média final de curso para o CPEA.

### **Seção IV**

#### **Conceitos**

Art. 28 Ao final do curso, o discente é conceituado “com aproveitamento” ou “sem aproveitamento”.

§1º Os critérios de conceituação final serão representados da seguinte forma:

I - com aproveitamento:

- a) excelente (atende de forma completa, precisa e/ou bem articulada);
- b) bom (atende de forma satisfatória, mas com espaço para melhorias);
- c) satisfatório (atende de forma parcial ou com imprecisões).

II - sem aproveitamento:

- a) insuficiente (atende de forma incompleta ou com várias inadequações);
- b) inadequado (não atende aos requisitos mínimos. Inadequado ao que foi proposto);
- c) não entregue, não apresentado ou aluno faltoso (quando a atividade não for cumprida).

§2º Com exceção da avaliação de participação na SAI, as demais avaliações previstas no art. 21 serão conceituadas conforme descrito no parágrafo anterior.

§3º As fichas de avaliação do CPEA estão previstas no PLADIS.

### **Seção V**

#### **Aproveitamento em Sala de Aula Invertida**

Art. 29 Nas avaliações de participação na SAI somativas, os OA serão classificados como:

- I - destaques;
- II - preparados e participativos;
- III - despreparados e/ou não participativos;



IV - ausentes.

Art. 30 Serão considerados sem aproveitamento apenas os OA despreparados, não participativos ou ausentes durante as SAI.

§1º Será considerado despreparado o aluno que não realizar o estudo dirigido de todas as referências básicas das subunidades previstas pelo PLADIS.

§2º O mediador deverá orientar individualmente os OA que não obtiveram aproveitamento.

§3º As orientações permitem que o OA altere sua atitude, dando ao mesmo a oportunidade de evoluir no processo.

§4º O discente deverá apresentar o conceito “com aproveitamento” em, pelo menos, 70% das Avaliações de Participação em SAI somativas.

## **Seção VI**

### **Recuperação**

Art. 31 Não há possibilidade de recuperação para a produção textual, para a apresentação oral da produção textual e para a avaliação de participação na SAI.

Art. 32 Caso o trabalho integrador (grupo ou individual) não atinja o nível satisfatório, o Coordenador de Disciplina deverá propor uma atividade de recuperação. Esta atividade deverá ser definida de maneira a assegurar o alcance da competência esperada. Cada trabalho poderá ter apenas uma atividade de recuperação.

## **Seção VII**

### **Limite de faltas**

Art. 33 No decorrer do CPEA é exigido do OA dedicação integral. Somente impedimentos autorizados pelo Chefe da Subcoordenadoria de Oficiais-Alunos do CPEA (SCOA-CPEA) ou por motivo de saúde, respaldados em dispensas médicas, por meio de pareceres emitidos por médico de Organização de Saúde da Aeronáutica ou pela Junta de Saúde da Aeronáutica e/ou, ainda, de Justiça, poderão dar sustentação às faltas nas atividades acadêmicas.

Art. 34 O OA não poderá atingir o número de faltas, ainda que justificadas, superior a 20% (vinte por cento) do tempo total do curso. Caso isso ocorra, o OA será excluído do curso e o fato será submetido à cadeia de comando, de acordo com as Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da ECEMAR.

Art. 35 Cabe, exclusivamente, ao OA a responsabilidade pela execução das atividades previstas nos prazos propostos por cada disciplina, conforme cronograma do curso.

Art. 36 A Subcoordenadoria de Oficiais-Alunos do CPEA (SCOA-CPEA) será responsável pelo controle das faltas, devendo, ao final de cada mês, enviá-las à Coordenadoria Acadêmica (CACD).

## **Seção VIII**

### **Aprovação e diplomação**

Art. 37 Será aprovado o OA que cumprir os seguintes requisitos:

I - concluir com aproveitamento a Atividade de Complementação da Instrução do CSD no mesmo ano letivo das demais atividades do CPEA;

II - cumprir as atividades propostas, nos prazos estabelecidos pela Escola;

III - cumprir, pelo menos, 80% das atividades presenciais da carga horária real do curso, segundo o PLADIS do ano letivo em vigor, não contabilizando para esse percentil, os tempos destinados ao estudo dirigido e à flexibilidade da programação.

IV - obter o conceito “com aproveitamento”.

Parágrafo único. Na eventualidade de o CSD não ser oferecido, a aprovação no CPEA será concedida mediante o cumprimento dos demais requisitos previstos no PPC.

Art. 38 O certificado de conclusão será entregue ao OA que cumprir todos os requisitos para aprovação.

Art. 39 O OA que não cumprir algum dos requisitos anteriores será formalmente comunicado pelo chefe da CACD por meio da Notificação de Descumprimento de Requisito Mínimo (Anexo VII).

Art. 40 O OA poderá recorrer ao Comandante da ECEMAR, em até dois dias úteis após o recebimento da Notificação de Descumprimento de Requisito Mínimo, apresentando o motivo por meio do Requerimento de Reconsideração (Anexo VIII).

Parágrafo único. O Comandante da ECEMAR recorrerá ao Requerimento de Reconsideração para comunicar formalmente a decisão por ele tomada.

## **CAPÍTULO VIII**

### **APOIO AO DISCENTE**

Art. 41 O Apoio ao Discente dar-se-á através da Assessoria Psicopedagógica (APsico) e será desenvolvido por profissionais da área de Psicologia, com especialização no campo da Psicologia Educacional, possibilitando o conhecimento aprimorado nas demandas específicas dos OA, considerando o contexto militar e as particularidades da formação técnica e acadêmica.

Art. 42 O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio de entrevistas e observações e desencadeado pelos seguintes motivos:

I - por livre iniciativa do OA;

II - por indicação do Coordenador do Corpo de OA, do Coordenador do CPEA, do Coordenador Acadêmico ou do instrutor mediador do grupo, quando há baixo rendimento escolar ou percepção de alguma desordem psicológica (desde que o OA concorde);

III - por ocasião do desligamento;

IV - por observação do profissional da APsico.

Art. 43 O acompanhamento psicopedagógico tem como objetivos:

I - auxiliar o OA no enfrentamento de questões específicas de natureza psicológica ou psicopedagógica que possam prejudicar seu desempenho ou vivência acadêmica;

II - realizar uma análise ampla da situação do OA, abrangendo sua trajetória acadêmica, habilidades cognitivas, competências socioemocionais e eventuais dificuldades ou desafios que possam estar interferindo no seu rendimento acadêmico; e

III - oferecer suporte personalizado e individualizado aos discentes, promovendo um ambiente educacional saudável, onde os OA possam desenvolver plenamente suas capacidades, superar obstáculos e alcançar um desempenho acadêmico satisfatório.

## **CAPÍTULO IX INFRAESTRUTURA**

Art. 44 A ECEMAR possui área física capaz de atender integralmente às demandas do CPEA, e suas instalações estão configuradas da seguinte forma:

- I - auditório 1 (Auditório Ten. Brig. Deoclécio): 226 assentos;
- II - auditório 2: 56 assentos;
- III - auditório 3: 60 assentos;
- IV - auditório do Comando: 48 assentos;
- V - sala de guerra: 45 assentos;
- VI - auditório A (prédio anexo): 80 assentos;
- VII - 14 miniauditórios 4 a 17 (prédio principal), 14 assentos cada;
- VIII - 6 miniauditórios A1 a A6 (prédio anexo): 14 assentos cada;
- IX - 2 copas: 90 pessoas;
- X - 2 vestiários;
- XI - armários individuais (126 masculinos e 24 femininos).

Art. 45 Os auditórios e miniauditórios são dotados de computadores e projetores, com a possibilidade de instalação de outros equipamentos.

§1º Os auditórios “1” e “A” possuem capacidade de gravação e transmissão das palestras, via aplicativo.

§2º Os miniauditórios, por sua vez, possuem configurações de assentos e layout das paredes que podem ser ajustadas de acordo com a demanda da atividade a ser desenvolvida.

Art. 46 O Centro de Educação à Distância (CEAD), da Universidade da Força Aérea (UNIFA), subordinado sistemicamente ao IEAD, monitora o funcionamento do AVA e oferece suporte na construção de materiais didáticos e na organização da plataforma de ensino.

## **CAPÍTULO X AVALIAÇÃO DO CURSO**

Art. 47 A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da ECEMAR foi designada com o objetivo de cumprir as diretrizes previstas no Manual da Avaliação Institucional de Ensino (AIE).

Art. 48 A AIE foi estruturada para atender ao desempenho de 6 (seis) dimensões:

- I - Organização Institucional;
- II - Corpo Docente;
- III - Corpo Discente;
- IV - Organização Didático-Pedagógica;
- V - Infraestrutura e Apoio;
- VI - Pós-Curso.

Art. 49 A AIE deve propiciar melhorias no desenvolvimento do ensino. É utilizada como meio de reflexão para a tomada de decisões, por permitir uma visão global do ensino ministrado.

## **CAPÍTULO XI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 50 O Comandante da ECEMAR poderá convocar o Órgão Colegiado, em qualquer tempo, para assessorá-lo nos casos não previstos neste documento.

Art. 51 Os casos não previstos no presente documento serão submetidos à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

**ANEXO II**  
**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

Organização de Ensino	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)
Página Institucional na internet/intranet	<a href="https://www2.fab.mil.br/ecemar/">https://www2.fab.mil.br/ecemar/</a> <a href="http://www.ecemar.intraer/">http://www.ecemar.intraer/</a>
Cidade	Rio de Janeiro / RJ
Nome do Curso	Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)
Níveis (conforme Art. 7º da Lei nº 12.464/2011)	Educação Básica ( ) ensino fundamental ( ) ensino médio
	Educação Superior ( ) graduação ( ) pós-graduação ( ) extensão
	Educação Profissional ( X ) Qualificação profissional ( ) educação profissional técnica e nível médio ( ) educação profissional tecnológica de graduação ( ) educação profissional tecnológica de pós-graduação
Fases	( ) Preparação      ( ) Formação      ( X ) Pós-formação
Classificação	Altos Estudos I
Modalidade de Ensino	( X ) Presencial      ( ) EAD      ( ) Semipresencial
Duração do Tempo de Aula	45 (quarenta e cinco) minutos
Duração do curso	aproximadamente 32 (trinta e duas) semanas
Carga horária total do curso	898 (oitocentos e noventa e oito) horas.
Certificação	Certificado de Conclusão Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).
Base Legal do Curso	a) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica; b) Portaria GABAER nº 547/GC3, de 15 de agosto de 2023. Ativa o CPEA no âmbito do COMAER. c) Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA (MCA 36-9); d) Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER (PCA 30-1); e) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da ECEMAR (PCA 37-22).

**ANEXO III**  
**CONCEITUAÇÕES**

Área de conhecimento	As áreas do conhecimento são amplas categorias que agrupam diferentes disciplinas e campos de estudo baseados em temas, métodos e objetivos comuns. Assim, as áreas do conhecimento abrangem desde as ciências naturais e exatas até as ciências humanas e sociais, cada uma com suas próprias características e desafios.
Avaliação formativa	Modalidade de avaliação que ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem e que visa averiguar o grau de domínio pelos instruendos dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações no processo ensino-aprendizagem e, se necessário, sanar as deficiências existentes. Os resultados obtidos não são utilizados para classificar os instruendos (MCA 10-4).
Avaliação somativa	Modalidade de avaliação que ocorre ao final de uma unidade disciplinar, semestre, série, curso ou estágio, e que visa a classificar, aprovar ou dar graus aos instruendos, sobre seu aproveitamento escolar (MCA 10-4).
Disciplina	Fração em que se dividem as áreas de ensino. Constitui um conjunto de informações organizadas de maneira sistemática, que se refere a um determinado campo de conhecimentos ou habilidades (MCA 10-4).
Órgão Colegiado	Instância de representação de determinado grupo, responsável por tomada de decisões compartilhadas e assessoramento a outros setores.
Conceitos	Resultado mínimo que o instruendo deve alcançar em uma ou várias verificações de aprendizagem, para ser considerado com aproveitamento.

**ANEXO IV**  
**SIGLAS E ABREVIATURAS**

APSICO	Assessoria Psicopedagógica
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CACD	Coordenadoria Acadêmica
CEAD	Centro de Educação à Distância
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPEA	Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais
CSD	Curso Superior de Defesa
EAD	Educação à Distância
EB	Exército Brasileiro
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
GABAER	Gabinete da Aeronáutica
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
OA	Oficiais-Alunos
MB	Marinha do Brasil
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLADIS	Plano de Disciplina
PPAER	Plano de Pessoal da Aeronáutica
PPOA	Perfil Profissional do Oficial da Aeronáutica
SCOA-CPEA	Subcoordenadoria de Oficiais Alunos do CPEA
UNIFA	Universidade da Força Aérea

**ANEXO V**  
**MATRIZ CURRICULAR**

<b>MÓDULO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH DE INSTRUÇÃO (em tempos)</b>
<b>ECEMAR</b>	LINGUÍSTICA E LETRAS	PRODUÇÃO ACADÊMICA	44
	CIÊNCIA POLÍTICAS	POLÍTICA	179
		ESTRATÉGIA	188
	DEFESA	PODER AEROESPACIAL E DEFESA	324
	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO INSTITUCIONAL	111
<b>CARGA HORÁRIA REAL DO CURSO</b>			<b>846</b>
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			26
ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO (CSD)			325
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em tempos)			1.197
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em horas)			898



**ANEXO VI**  
**EMENTÁRIO**

<b>DISCIPLINA:</b> Produção Acadêmica <b>CH TOTAL:</b> 44 tempos
<b>EMENTA</b>
1. Produção Textual.
<b>ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA</b>
a) Elaborar textos argumentativos no nível Estratégico e Político; b) Elaborar textos claros e adequados ao debate em nível estratégico e político; c) Compreender as bases teóricas da argumentação, incluindo lógica, retórica e dialética; e d) Aplicar pensamento e análise crítica ao discurso.
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO</b>
Biblioteca da Universidade da Força Aérea. Manual de Trabalhos Acadêmicos da Universidade da Força Aérea. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora da UNIFA, 2024.

**DISCIPLINA:** Política  
**CH TOTAL:** 179 tempos

**EMENTA**

1. Fundamentos da Política;
2. Política Conjuntura; e
3. Aplicação da Política Pública.

**ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA**

- a) Identificar as teorias políticas a partir da lógica de poder do Estado Brasileiro e sua relação com os atores estatais e não estatais no sistema internacional;
- b) Avaliar a influência dos atores supranacionais e não-estatais na Política de Defesa Nacional;
- c) Avaliar o papel geopolítico do Estado Brasileiro na conjuntura regional;
- d) Desenvolver políticas estratégicas do Estado brasileiro a partir da conjuntura sócio-política da América do Sul;
- e) Desenvolver políticas estratégicas do Estado Brasileiro a partir da disputa político-econômica de EUA e China;
- f) Desenvolver políticas estratégicas do Estado brasileiro a partir dos conflitos socioculturais no Oriente Médio;
- g) Articular os principais interesses econômicos do Estado Brasileiro a partir da análise dos mares árticos e antártico;
- h) Articular os principais interesses do Estado Brasileiro a partir da perspectiva de crise socioeconômica na Europa e na Rússia.

**REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO**

ANDERSON, Matthew Smith. The Rise of Modern Diplomacy. London: Longman, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm).

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual Básico do Poder Nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2012

BRASIL. Lei n. 12.598, de 21 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Manual de Procedimentos da Prática Diplomática Brasileira. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Ciência e Antártica para o Brasil: um plano de ação para o período 2013-2022. Brasília: MCTI, 2013.

BRASIL. Portaria n. 664/GC3, de 10 de setembro de 2002. Aprova a Política da Aeronáutica para o Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial. DCA 14-3. Diário Oficial da União (DOU) n. 176, de 11 set. 2002, Seção 1, p. 14.

CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CORRÊA FILHO et. al. Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil. BNDES Setorial 38, p. 373-408, Rio de Janeiro, 2013.

DAGNINO, R. Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira? OIKOS. Rio de Janeiro. 9, 2008.

D'ARAUJO, M. C. Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 264 - 270.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul, Revista de Economia Heterodoxa - Oikos nº 8, ano, ano VI. 2007.

GASPAR, C. A Rússia e a Segurança Europeia. Editora Instituto de Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

GIANTURCO, A. A Ciência da Política: uma introdução. São Paulo: Forense Universitária, 2020.

HAYS, P. L. Space and Security: A Reference Handbook. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, 2011.

HELLER, H. 1987. Teoria do Estado. Cidade do México: Editora Cultura Económica, 2015. HERZ, Mônica.

HOFFMANN, Andréa Ribeiro. TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. (pp. 38-67, 132-164).

HUTINGTON, Samuel Phillips. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

JACKSON & SORENSEN. Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens. Rio de 50/63 ICA 37-979/2023 Janeiro: Zahar, 2018.

LAFEVER, W. The American Age: U.S. foreign policy at home and abroad 1750 to the present. 2.ed. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

LAZARI, R; OLIVEIRA, B. B; GERMINARI, J. P. Manual de Ciência Política & Teoria Geral do Estado. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021.

LIMA, M.R.S; HIRST, M. Brasil como país intermediário e poder regional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Editora M. Fontes, 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa;

MENESES, Maria Paula. A Diplomacia como Poder entre os Estados, Coimbra: Almedina, 2009.

MARSHAL, T. Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MONIÉ, F. Questões Geopolíticas Contemporâneas na África Subsaariana. Boletim Geoáfrica UFRJ 3ª edição, Rio de Janeiro, 2022.

PECEQUILO, C. S. A política externa dos Estados Unidos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.

PINHEIRO, A.S. O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular. Revista PADECEME Nº 16 3º Quadrimestre de 2007, pp 17 – 32. SADEH, E. (Ed.). The Politics of Space: A Survey. London, New York: Routledge, 2011.

<p style="text-align: center;"><b>DISCIPLINA:</b> Estratégia <b>CH TOTAL:</b> 188 tempos</p>
<p style="text-align: center;"><b>EMENTA</b></p>
<p>1. Fundamentos da Estratégia; 2. Gestão e Liderança Estratégica; 3. Logística no Nível Político Estratégico; e 4. Aplicação da Estratégia.</p>
<p style="text-align: center;"><b>ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA</b></p>
<p>a) Avaliar a conjuntura internacional e seus efeitos sobre as atividades do COMAER; b) Avaliar a conjuntura nacional e seus efeitos sobre as atividades do COMAER; c) Identificar tendências futuras mundial e seus possíveis impactos no planejamento institucional; d) Identificar as interações entre as instituições públicas e privadas relacionadas à Defesa e seus efeitos no planejamento estratégico; e) Elaborar concepções estratégicas necessárias à execução das políticas estabelecidas; f) Avaliar informações e condicionantes necessários à concepção da estratégia; g) Aplicar metodologias adequadas a cada planejamento estratégico, militar ou institucional; h) Gerenciar alterações no processo de planejamento estratégico conforme ocorram mudanças identificadas no contexto atual e tendências futuras; i) Avaliar a influência de atores estatais e não estatais (ONGs, empresas multinacionais, Organismos Supranacionais) no direcionamento do rumo de uma crise; j) Avaliar a influência da mídia (nacional e internacional) na formação de uma Opinião Pública favorável ou desfavorável; k) Elaborar ações para controle da narrativa midiática; l) Avaliar os possíveis comportamentos político-estratégicos durante uma crise; m) Elaborar “Regras de Engajamento”; e n) Influenciar aliados e atores neutros.</p>
<p style="text-align: center;"><b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO</b></p>
<p>BRASIL. Ministério da Defesa. PORTARIA NORMATIVA Nº 113 /SPEAI/MD, 1º de fevereiro de 2007. - Dispõe sobre a “Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04”, Capítulos III e IV (12 páginas).</p>

**DISCIPLINA:** Poder Aeroespacial e Defesa  
**CH TOTAL:** 324 tempos

**EMENTA**

1. Fundamentos da Segurança Nacional;
2. Componentes do Poder Aeroespacial Brasileiro;
3. Ciência, Tecnologia & Inovação; e
4. Aplicação do Poder.

**ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA**

- a) Avaliar o papel dos componentes do Poder Aeroespacial Brasileiro e sua relação com os objetivos nacionais permanentes;
- b) Apreciar, sob o prisma conceitual dos domínios e dimensões de emprego do Poder Militar, as possibilidades e desafios em relação ao Poder Aeroespacial;
- c) Avaliar as potencialidades da aviação civil e da infraestrutura aeroespacial brasileiras para o alcance dos objetivos nacionais;
- d) Avaliar as potencialidades do complexo científico-tecnológico aeroespacial e da indústria aeroespacial brasileira para o alcance dos objetivos nacionais; e
- e) Avaliar a atual situação e as potencialidades do programa espacial brasileiro, e sua relação com os objetivos nacionais.

**REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO**

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Decreto nº 11.169 – Institui a Política Nacional da Base Industrial de Defesa - PNBID. 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/D11169.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11169.htm) (3 páginas);

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD nº 5.904 - Estabelece procedimentos administrativos para a elaboração e a tramitação do Termo de Licitação Especial - TLE no âmbito do Ministério da Defesa. 2022. Disponível em: [https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm-md-n-5.904-de-6-de-dezembro-de-2022-\\*-450047589](https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm-md-n-5.904-de-6-de-dezembro-de-2022-*-450047589). (04 páginas);

BRASIL. Ministério da Defesa. PORTARIA NORMATIVA Nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020. Aprova a Doutrina de Operações Conjuntas – MD30-M-01/Volumes 1 e 2 (2ª Edição/2020). Volume 2 (Planejamento), Capítulo III (11 páginas);

BRASIL. Ministério da Defesa. PORTARIA NORMATIVA Nº No 94/GM-MD, de 20 de dezembro de 2018. Aprova a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM) - MD51-M-01 no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências. (15 páginas).

MATOS, P.O.; FERREIRA, M.J.B. A Indústria Aeroespacial Brasileira: especificidades e contrastes entre os setores aeronáutico e espacial no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v.12, nº. 23, 2020. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/208/170> (22 páginas).

PORTARIA – EME/C Ex Nº 971, de 10 de fevereiro de 2023, aprova o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101), 1ª Edição, 2023.

<p style="text-align: center;"><b>DISCIPLINA:</b> Gestão Institucional <b>CH TOTAL:</b> 111 tempos</p>
<p style="text-align: center;"><b>EMENTA</b></p>
<p>1. Habilidades e Atitude de Líderes Estratégicos; 2. Governança Institucional; 3. Planejamento Institucional; e 4. Aplicação de Gestão da Força.</p>
<p style="text-align: center;"><b>ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA</b></p>
<p>a) Aplicar as práticas, métodos e sistemas que contribuem para o planejamento institucional da Aeronáutica; b) Desenvolver as políticas e estratégias aplicáveis aos diversos órgãos que compõem o COMAER; c) Desenvolver políticas e estratégias aplicáveis às relações externas institucionais do COMAER; d) Elaborar o planejamento estratégico da instituição; e) Articular a política e estratégia do COMAER; e f) Articular o plano estratégico em contexto de operações conjuntas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO</b></p>
<p>BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, 2017a. Disponível em: &lt;<a href="https://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm">https://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm</a>&gt;. Acesso em: 20 fev. 2024.</p> <p>BRASIL. Guia da Política de Governança Pública, 2018. Disponível em &lt;<a href="https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/guia-da-politica-de-governanca-publica_versao-defeso.pdf">https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/guia-da-politica-de-governanca-publica_versao-defeso.pdf</a>&gt;. Acesso em 26 set. 2024.</p> <p>BRASIL. Referencial Básico de Governança Organizacional, Tribunal de Contas da União, 3 Edição, 2020. Disponível em: &lt;<a href="https://portal.tcu.gov.br/data/files/FB/B6/FB/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_organizacional_3_edicao.pdf">https://portal.tcu.gov.br/data/files/FB/B6/FB/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_organizacional_3_edicao.pdf</a>&gt;. Acesso em 26 set. 2024.</p> <p>BRASIL. 10 Passos para a Boa Governança, Tribunal de Contas da União, 2021. Disponível em: &lt;<a href="https://portal.tcu.gov.br/data/files/D5/F2/B0/6B/478F771072725D77E18818A8/10_passos_para_boa_governanca_v4.pdf">https://portal.tcu.gov.br/data/files/D5/F2/B0/6B/478F771072725D77E18818A8/10_passos_para_boa_governanca_v4.pdf</a>&gt;. Acesso em 26 set. 2024.</p> <p>BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Governança no Comando da Aeronáutica. DCA 16-1. Rio de Janeiro. 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 232, de 23 de dezembro de 2019.</p> <p>BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica. DCA 16-2. Rio de Janeiro. 2017. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 185, de 27 de outubro de 2017.</p> <p>BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira. DCA 16-3. Rio de Janeiro. 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 185, de 27 de outubro de 2018.</p>

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Acompanhamento Institucional do COMAER. DCA 16-4. Rio de Janeiro. 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 058, de 09 de abril de 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Gestão por Processos no COMAER. DCA 16-5. Rio de Janeiro. 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 226, de 11 de dezembro de 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica -Volume 1 – Planejamento. DCA 11-1. Rio de Janeiro. 2020. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 102, de 15 de junho de 2020;

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica. PCA 11-47. Rio de Janeiro. 2024. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 107, de 10 de junho de 2024.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Concepção Estratégica Força Aérea 100. Rio de Janeiro. 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 180, de 15 de outubro de 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Diretriz de Planejamento Institucional. DCA 11-118. Rio de Janeiro. 2024. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 177, de 24 de setembro de 2024.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Metodologia de Planejamento Baseado em Capacidades no COMAER. DCA 11-146. Rio de Janeiro. 2024. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 95, de 21 de maio de 2024.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Confecção de Cenários Aeroespaciais. ICA 1-1. Rio de Janeiro. 2024. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, nº 170, de 12 de setembro de 2024.

PEREIRA, L.C.B; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Brazilian Journal of Political Economy, v.30, n.4, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4wVHrfGSmL57QzSJZs5DZtb/?lang=pt>.

TOSTES, F.S. Manual de macroeconomia: o debate da ortodoxia econômica pós-1970. Niterói: Editora UFF, Eduff, 2022. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/manual-de-macroeconomia-o-debate-da-ortodoxia-economica-pos-1970-e-book-pdf-743>.

DUNNE, J. P.; TIAN, N. Military expenditure and economic growth: 1960–2014. The Economics of Peace and Security Journal, Vol. 11, no. 2, 2016. Disponível em: <https://www.epsjournal.org.uk/index.php/EPSJ/article/view/257/249>.

MATOS, P. O.; FINGOLO, J. M.; SCHNEIDER, R. A. Orçamento público e defesa nacional: uma análise do orçamento de defesa brasileiro no período de 2000 a 2016. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 23, p. 211-238, 2017. <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/551/457>.

MATOS, P.O. Análise dos Recursos das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. In: SANTOS, T. LESKE, A.D.C. Economia de Defesa: Aportes Teóricos, Novos Temas e o Caso do Brasil. Curitiba: Appris Editora, 2024.

**ANEXO VII**  
**NOTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO MÍNIMO**



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA

**NOTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO MÍNIMO**

=====

Informo que o Oficial-Aluno (POSTO/GRADUAÇÃO – NOME COMPLETO) descumpru o requisito mínimo para aprovação, por não satisfazer os parâmetros previstos no Projeto Pedagógico de Curso do CPEA, conforme o(s) item(ns) \_\_\_\_\_:

---

---

---

---

---

NOME COMPLETO Posto Quadro  
Chefe da Coordenadoria

Acadêmica

Informo que:

(☐) apresentarei o Requerimento de Reconsideração de Descumprimento de Requisito Mínimo dentro do prazo de 2 dias úteis a contar da data de entrega desta notificação.

(☐) não apresentarei a Reconsideração de Descumprimento de Requisito Mínimo.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
OFICIAL-ALUNO



ANEXO VIII



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
**REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO**

Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

OFICIAL-ALUNO: POSTO/GRADUAÇÃO–NOME COMPLETO (sublinhar nome de guerra)

MOTIVO DO DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO MÍNIMO PARA APROVAÇÃO:

Data da notificação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Enquadramento do descumprimento o requisito mínimo para aprovação, conforme notificação:

---

---

---

JUSTIFICATIVAS: (descrição completa e detalhada dos motivos que fundamentam a solicitação).

Diante do meu descumprimento ao requisito mínimo de aprovação, solicito reconsideração, conforme motivos a seguir:

---

---

---

ENTREGA DO PEDIDO: (entregar em até dois dias úteis).

Entregue em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO Posto Esp.  
Oficial-Aluno

DECISÃO DO COMANDANTE:

(   ) Deferido (   ) Indeferido

---

---

---

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Brig Ar NOME COMPLETO  
Comandante da ECEMAR

NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO:

Declaro que estou ciente.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO Posto Esp.  
Oficial-Aluno

RECIBO NA SECRETARIA DA CACD PARA PUBLICAÇÃO E ARQUIVO:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO Posto Esp.  
Chefe da CACD